

Agradecer ao Capitão de Fragata, Josias Porto Pereira, neste ato representando o Comandante do 8º Distrito Naval, o vice-Almirante Gusmão, nosso amigo; Major Aviador José Ricardo Matos Gomes da Cunha, neste ato representando o Briga-deiro Malta. Muito obrigado; Dr. Paulo Rios, Delegado-Chefe da Assessoria da Polícia Civil da Assembleia Legislativa, neste ato representando o Delegado-Geral, Dr. Blazek; agradecer tam-bém ao Coronel Júlio de Antônio Freitas Gonçalves, nosso Supe-rintendente da Cruz Azul; Sargento Élcio Inocente, Presidente da Associação dos Deficientes Físicos da Polícia Militar, na pessoa de quem cumprimento todas as associações presentes; Srs. Ofi-ciais; Srs. Praças. amigos da Polícia Militar; Senhoras e Senhores.

Eu, obviamente, tenho um discurso a ser lido. Mas antes de fazer a leitura desse discurso, tomo a liberdade de fazer uma leitura de um trecho de um livro que eu ganhei no domingo antes de viajar a São Paulo, porque, na segunda feira, eu iria assumir o comando da Polícia Militar. Emociono-me até de falar desse livro, porque a pessoa que me deu é minha esposa e ela falou assim: Toda vez que você tiver alguma divergência, se você enfrentar algum problema, algum conflito, antes de você tomar uma decisão, você abre o livro e leia qualquer trecho, porque esse trecho vai te nortear. Isso é coisa de avó, coisa de passado, mas uma coisa que eu levo muito comigo e eu acho que tem muita profundidade.

Eu abri esse trecho aqui, hoje, do livro e veio muito a calhar. Quero ler ao menos um primeiro parágrafo e depois eu entro no discurso. Diz o seguinte: Não existem tarefas maiores ou menores, todas são importantes em significação. O homem será respeitado pelas leis que implanta, outro será admirado pelos feitos que realiza, mas o legislador e o herói não alcança-riam a evidência em que se destacam sem o trabalho humilde do lavrador que semeia.

Faço disso aqui uma analogia ao policial militar que traba-lha na ponta da linha, porque não tem figura mais importante do que essa pessoa para a nossa instituição. Por isso eu peço e conclamo a todos os presentes que valorizem a cada ação do policial militar que está na ponta da linha. Não tem pessoa mais importante do que ele. A nossa instituição depende do trabalho e da labuta desse homem. Isso que queria falar inicial-mente. (Palmas.)

Nós fizemos algumas anotações que eu acho bastante salutar e interessante mencionar neste momento.

É com muita honra que faço uso deste tempo e deste espaço nesta digna Casa de Leis do povo paulista. E espero fazê-lo com uma voz que representa e multiplica a qualidade dos profissionais que cerram fileiras na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Uma instituição grandiosa, principalmente por aqueles que a integram, homens e mulheres, fardados com o cinza-bandeirante, envolvidos com o manto sagrado da justiça, da dignidade, da determinação e, fundamentalmente, do amor à causa pública na defesa dos cidadãos.

A esses milhares de anônimos que marcam ação de presen-ça nos 645 municípios paulistas, 24 horas por dia, manifesto o meu respeito, os meus agradecimentos, a minha homenagem primeira.

Embora tenha assumido o comando da corporação, há poucos dias, diga-se de passagem, uma nobre missão, mas que requer muita responsabilidade. Ingressei na Polícia Militar há 31 anos, e desde então, tenho participado e presenciado ações que certificam o alto grau de profissionalismo e, consequentemente, a magnitude dessa instituição.

Seja atuando nos inúmeros segmentos e missões policiais militares, quer na capital paulista ou no mais distante municí-pio, é fácil para todos que se aproximam ou convivem conosco perceberem o grande trabalho desenvolvido e seus resultados. Todos nós, desde o soldado mais moderno ao coronel mais antigo, estamos convictos e determinados da missão que nos foi confiada, integrando o sistema de segurança pública de São Paulo, certos de que nas trincheiras não se brinca, se combate.

Estamos chegando ao final de mais um ano e 2012 está entre seus derradeiros dias, para dar lugar a um novo ano. É também neste último mês do ano, no dia 15, que a nossa Polí-cia Militar comemora 181 anos de existência. Quando de sua criação, no ano de 1831, o Brasil nascente como estado soberano vivia a crise da abdicação de Dom Pedro I. A emergência exigia alguém de elevada estatura moral, capaz de fazer frente ao imenso desafio da manutenção da unidade nacional e da pacificação dos espíritos assolados pela divisão.

Sobressai, nesse momento, a figura do Deputado Padre Diogo Antonio de Feijó que, no cargo de Ministro da Justiça, determina que as províncias dissolvam os incipientes corpos encarregados de segurança pública em seus respectivos terri-tórios e organize um único corpo de voluntário, a pé e a cavalo, estruturados sobre os pilares da hierarquia e disciplina, com a missão de manter a tranquilidade pública e auxiliar a Justiça.

A proclamação de Feijó foi cumprida na Província Bandei-rante por Rafael Tobias de Aguiar que, para tanto, determinou que se organizasse, em 15 de dezembro de 1831, um corpo de 100 infantes e 30 cavalarianos, gênese da atual Polícia Militar do Estado de São Paulo. Desde então, mantendo a tranquilidade pública nas cidades e nas estradas, participando como pio-neiros no desbravamento e colonização do território paulista, colonizando e pacificando o oeste paraanaense, na região de Palmas, preservando as florestas, os rios e a costa litorânea paulista contra a ação de predadores do meio ambiente, vêm os policiais militares paulistas percorrendo o chão, as águas e o espaço aéreo de Piratininga, combatendo incêndios, buscando e salvando vidas, servindo à comunidade e protegendo as pesso-as contra as ilícitudes.

Passados esses anos, continuamos fazendo cada vez mais e melhor para que o cidadão de bem possa ter a tão alme-jada sensação de segurança, o que influi diretamente em sua qualidade de vida. Somente para citar alguns números contabilizados até outubro deste ano de 2012, a Polícia Militar realizou cerca de 28 milhões de intervenções, que resultaram no atendimento de um milhão e novecentos mil ocorrências, dois milhões e cem mil atendimentos sociais, 478 mil resgate de pessoas, 65 mil veículos furtados e roubados que foram recupera-dos, 83 mil prisões em flagrante, 17 mil presos foragidos que foram recapturados, 11 mil armas de fogo apreendidas e cerca de 55 toneladas de entorpecentes apreendidos, entre cocaína, maconha e outras substâncias.

Esta é a Polícia Militar fazendo história e caminhando lado a lado com o cidadão de bem. Para esses resultados, entretanto, é necessário uma Polícia moderna, quer em sua gestão, quer em seus meios e na sua capacidade humana.

Para atender a essa demanda, o maior estado da Federa-ção, com cerca de 42 milhões de habitantes, sem considerar o público flutuante, é necessário mais do que um nome ou um contingente. A estes se aliam a tecnologia de ponta e o alto preparado técnico profissional, onde cada policial militar é capacitado para atender as demandas de uma população tão heterogênea como a de São Paulo, em razão de sua adversida-de social, cultural e econômica.

Para atender a essa demanda que se faz urgente a cada dia, os números anteriormente apresentados demonstram isso. Contamos com o efetivo de 89 policiais militares, entre oficiais e praças, homens e mulheres que, embora defasado em cerca

de 6%, cumprem a missão com excelência. Estamos trabalha-ndo para prover essa necessidade de efetivo. Em novembro, a Polícia Militar entregou à população mais de 971 soldados e temos uma previsão para o ano de 2013, de mais 2.770 sol-dados que estão em formação, além dos 55 novos oficiais que serão declarados aspirantes no próximo dia 15 de dezembro.

Para a operacionalização dos trabalhos em todo estado, possuímos mais de 13 mil viaturas, duas rodas e quatro rodas, 420 bases móveis, 24 helicópteros e quatro aviões. Para o apoio aquático também temos uma frota de dois navios que estão à disposição do Corpo de Bombeiros. Tudo isso alicerçado e interli-gado pela tecnologia de ponta com inteligência e gestão, faz da Polícia Militar uma das maiores instituições policiais do mundo, sendo alvo de deferência para as coirmãs da América Latina, estabelecendo-se como polo difusor de Polícia Comunitária.

O ano de 2012 foi emblemático para a Polícia Militar. Chegamos ao seu crepúsculo e, nesta data comemorativa, nós temos 100 policiais militares que foram covardemente mortos, tiveram suas vidas ceifadas por criminosos inescrupulosos que concorreram com a instituição medindo força e isso justamente pela atuação pontual da Polícia Militar contra o crime organiza-do. Em sua passagem pela instituição deixaram seu sangue der-ramado no solo paulista, mas fizeram história. Hoje, repousam na companhia do Criador.

Agradeço a todos pela confiança depositada à Polícia Mili-tar. Embora feridos, jamais sucumbiremos. Desafiados, jamais nos abateremos. A nossa razão de ser é e será sempre a causa pública, o povo de São Paulo e ajudando a construir nosso grande país.

Que Deus abençoe a Polícia Militar e o povo de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - EDSON FERRARINI - PTB - Nós vimos que um Comandante-Geral que tem a humildade de ler um livro, um pensamento de Francisco Cândido Xavier, esse livro Fonte e Vida, maravilhoso, nós vimos que ele, além de tudo, demonstra sua espiritualidade, a sua maneira de dizer.

Na Polícia Militar esse lado é uma necessidade. Às vezes só o fato de um Soldado conversar com o Capitão, evita uma sepa-ração de um casal, um suicídio de alguém, uma grande difi-culdade. Esse lado humano é que precisa nunca ser esquecido.

Quero agradecer. E o senhor demonstrou, Coronel, lendo esse livro, essa mensagem, com essa humildade, esse livro que a sua esposa lhe deu, mostrando o quanto a família está envolvida.

Eu queria agradecer às pessoas que não puderam aqui estar, a Secretária de Agricultura Mônica Bergamaschi, que cumprimentou a todos nós; Carlos Andreu Ortiz, Secretário Estadual do Emprego e Relações do Trabalho; Deputada Regi-na Gonçalves; Deputado Aldo Demarchi, que fez aqui a sua manifestação em defesa da Polícia Militar; Deputado Líder do PT, Deputado Estadual Alencar Santana; Secretário de Estado Rodrigo Garcia, Secretário de Desenvolvimento Social.

Coronel Camilo, ex-Comandante-Geral, manda uma carta emocionada e encerra dizendo: “Quero, também, ressaltar que o maior bem que nossa amada Polícia Militar possui são os seus valerosos integrantes, pois, vinte e quatro horas por dia, faz acontecer em nossa Cidade de São Paulo. Parabéns a todos os policiais militares. Parabéns à Polícia Militar de São Paulo. Contem comigo onde eu estiver. Acredito que sempre é possível fazer mais e melhor. Que Deus abençoe a todos. São Paulo, 07 de dezembro de 2012. Coronel Camilo”. Ele nos cumprimenta.

Para entenderem, o fato de eu ser Deputado, porque quan-do era Coronel teria a Constituinte e o Coronel Teseu era o Comandante-Geral, e ele reuniu as pessoas e precisava de alguém para representar, nós não tínhamos nenhum represen-tante e acabei, graças a Deus, me elegendo. Nesta sala havia 54 microfones e a moda era extinguir a Polícia Militar, ela vinha da Revolução, a Revolução estava terminando em 1984. E aqui, na minha frente, quem debatia comigo era o Deputado Estadual José Dirceu, um deles, os outros, todos eles, e era acabar com a Polícia Militar, já que não podiam atacar o Exército. E eu tive oportunidade de, com a maior dignidade e com o apoio de todos, fazer com que nós não perdêssemos uma vírgula na Constituinte. Nós não perdemos.

O Tribunal de Justiça Militar era o apanágio para acabar, achavam que era fruto da Revolução. Eu expliquei que era do Poder Judiciário. Além de não acabar, ainda criamos uma vaga a mais, que o Coronel Geraldini tomou posse. Pude criar, como eu disse, no art. 195, parágrafo único, a Polícia Ambiental, hoje comandada pelo Coronel Nomura.

Para os Srs. entenderem como é que se representa a Polícia Militar, faz algum tempo nós estávamos com dificuldade. Eu coloquei na Constituição, nos arts. 29 e 30, das Disposições Transitorias, havia a união com a Guarda Civil e muitas pes-soas estavam injustiçadas e tivemos de fazer uma promoção muito justa daquele pessoal, acabamos tendo muitos segundos tenentes. A diferença salarial de segundo para primeiro era alta e a Polícia ainda continua, mas nós estávamos com uma quantidade de segundo tenente muito grande, Coronel Meira. Nós estávamos com segundo tenente com 10 anos de segundo tenente e nós não sabíamos como fazer. O que me deixou mais preocupado? Quando iria fechar a Academia do Barro Branco, aquele ano não teria Academia do Barro Branco por não ter onde colocar segundo tenente. Então, Coronel Alberto, Comandante-Geral, não conseguimos junto com Coronel Dinis, pude conversar com o Governador e levar essa mensagem. Acabamos o posto de segundo tenente para poder ter vaga para nós. Muitos dos que foram promovidos, eu criei 249 vagas de Primeiro Tenente e 109 de Tenente Feminina. Nós pudemos aliviar o nosso quadro.

Este mesmo papel que está na minha mão é o papel que eu levei para o Governador, ele pegou isto aqui na mão várias vezes. Capitão: 344 vagas e 22 de Capitão Feminina. Major: 111 vagas, 11 femininas. Tenente-Coronel: 49 vagas, quatro femi-ninas. Quatro Coronéis e um feminino.

Usando esse mesmo papel que o Governador pegou na mão, pudemos criar essas vagas. É a maneira como eu os repre-sento, com a maior dignidade, tomando todo cuidado pelas nossas coisas, pelas nossas instituições. Do mesmo jeito que o ALE, nós incorporamos de uma maneira muito interessante.

O ALE foi aprovado aqui, Coronel Meira, em um dia onde o Secretário da Segurança veio e falou, temos uma verba. Em 24 horas os senhores aceitam ou não? Nós iamós discutir, mas, naquele dia, começou o ataque do PCC, em 2006, e tínhamos hora. Como nós não iamós aprovar? Depois o Coronel Camilo chamou para conversar. Levei ao Governador, porque aquilo depois virou uma excrecência, não atendia aposentado, não atendia pensionista. Levei ao Governador as mesmas mensa-gens, expliquei ao Governador e, na época, o Chefe da Casa Civil era o Aloysio Nunes Ferreira, que tinha sido Deputado aqui comigo, e eu mostrei que o Sargento, o exemplo que eu levei para ele era que o Sargento da Cidade de Santa Isabel ganhava menos que o Cabo de Guarulhos que tinha mais quinquênios e tal. Falei que isso não pode acontecer, e após explicar ao Gover-nador, o mesmo concordou que isto não poderia. Incorporamos o ALE da maneira como ele está aí. É assim que se faz. É assim que, como Deputado Estadual, nós defendemos as nossas coi-sas com inteligência e equilíbrio.

Nós não tocamos a banda por causa do luto do nosso arquiteto. Mas nós podemos cantar a canção da Polícia Militar neste encerramento. Tenho a impressão de que como nós esta-mos sem o maestro, sem nada, vamos deixar essa mensagem para o nosso coração. Não é, Coronel Meira? O Coronel auto-riza que não cantemos hoje, embora esteja em nosso coração, cumprindo o nosso luto pelo Niemeyer.

Assim sendo, essa Corporação fantástica que atua em seus três fundamentos principais, dentre outros, os direitos humanos, policiamento comunitário e gestão pela qualidade. É assim que nós fazemos.

A Polícia Militar está sendo homenageada pelo povo de São Paulo e será transmitido para todo Estado de São Paulo no próximo dia nove de dezembro, na Net canal 13, TVA canal 66, 61.2 da TV Digital.

Abraço ao Coronel Freitas, da Cruz Azul. Parabéns pelo problema difícil que o Sr. tem pela frente, pela maneira como o Sr. está tocando.

Esgotado o objetivo da presente Sessão, agradecendo a todos os funcionários que trabalharam, agradecendo a todos que aqui vieram, todos nós que temos o orgulho de usar essa farda, eu realmente a uso na minha segunda pele e a uso na minha alma, todos os dias. Meu filho está no mausoléu ali, representa essa Polícia Militar com dignidade. Será oficial. Deputado você está. Oficial você será até a sua morte, meu filho. É assim que eu vejo.

Está encerrada a presente Sessão. Aplausos à Polícia Militar de São Paulo. (Palmas.)

* * *
- Encerra-se a sessão às 11 horas e 41 minutos.
* * *

Atos Administrativos

ATO DE MESA

DE 17/12/2012

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe as Leis Complementares nº 1011, de 15 de junho de 2007, e nº 1056, de 23 de julho de 2008, em havendo disponibilidade de recursos orçamentários necessários para atender a despesa decorrente, na forma de manifestação da unidade de Finanças deste Poder, DECIDE que, excepcional e exclusivamente para o mês de dezembro de 2012, o valor estabelecido no Ato de Mesa nº 09, de 24 de abril de 2012, para o auxílio-alimentação será acrescido de R\$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais). (Ato nº 24/2012);

DECISÕES DA MESA

DE 14/12/2012

PROCESSO RGE Nº 6769/2011

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Contrato administrativo celebrado entre este Poder e a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. para a prestação de serviços de suporte técnico ao ambiente compu-tacional da ALESP – Aditamento ao ajuste para fins de prorro-gação do prazo de execução contratual dos referidos serviços, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do contido nos autos do Processo RGE nº 6769/2011, que cuida do assunto em epi-grafe, considerando a manifestação, de fls. 164, complementada pelas informações de fls. 239/240 e de fls. 258, todas do Gestor da Divisão de Informática, em que solicita, justifica e ratifica, tecnicamente, a vantajosidade econômica da pretendida prorro-gação, por 12 (doze) meses, do prazo de execução contratual do objeto em epígrafe, cujos termos acolhe; à vista da correspon-dente anuência da Contratada à pretendida dilação do prazo de execução contratual, a fls. 185; em face da informação do Ser-viço de Compras, a fls. 230/231, atestando que o preço ofertado pela contratada junto a este Poder é compatível com aqueles praticados junto a outros órgãos e entidades, que ratifica; diante do Parecer nº 355-1/2012, de fls. 244/253, emitido pela Procuradoria deste Poder; à vista da manifestação da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário -DPCO 0703/2012, a fls. 243, atestando a existência de recursos orçamentários suficien-tes para a realização da despesa ora pretendida neste exercício, a qual é compatível com o Plano Plurianual – PPA 2012/2015 – Lei nº 14.676/2011 (Programa 151 – Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação) e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias LDO 2012 – Lei nº 14.489/2011 e LDO 2013 – Lei nº 14.837/2012, bem assim o atendimento das exigências da Lei Complementar federal nº 101/2000, em especial no que se refere ao disposto em seu art. 16, inciso II, que ora ratifica, e, ainda, em face do encaminhamento do Secretário Geral de Administração, a fls. 273/274. **DECIDE**:

I – **AUTORIZAR**, com fundamento no artigo 57, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/1993, bem como na Cláusula Quarta do ajuste, o ADITAMENTO ao contrato firmado entre este Poder e a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. para a renovação de licenças dos softwares Oracle Database Enterprise Edition e Oracle Option Real Application Cluster, com os correspondentes serviços de suporte técnico ao ambiente computacional da ALESP, com a prorrogação de seu respectivo prazo de execução contratual por adicionais 12 (doze) meses, nos termos da solici-tação de fls. 164 e missiva da Contratada a fls. 185;

II – **APROVAR** a Minuta de Termo de Aditamento Contratual apresentada pela Procuradoria da ALESP, a fls. 254/256;

III – **AUTORIZAR** a realização das despesas decorrentes, no valor total de R\$ 290.556,00 (duzentos e noventa mil, quin-hentos e cinquenta e seis reais), nos termos da informação, das reservas financeira e orçamentária e dos cálculos contábeis, efetuados pelo Departamento de Finanças, a fls. 243, fls. 236, fls. 242 e fls. 237, respectivamente; e

IV – **DELEGAR** competência ao senhor Secretário Geral de Administração para representar este Poder na assinatura do respectivo Termo de Aditamento Contratual, o qual deverá ser publicado, consoante determina a legislação vigente.

(Decisão nº 3513/2012)

(*Republicada por ter sido com incorreções;*)

DE 17/12/2012

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

APARECIDO DE JESUS LIMA, RG nº 167949123, matrícula nº 23234, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 17/12/2012.

(Decisão nº 3583/2012);

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA RAMOS, RG nº 102822906, matrí-cula nº 17129, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ACESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 01/01/2013.

(Decisão nº 3584/2012);

MARIO ORLANDO GALVES DE CARVALHO, RG nº 8806278, matrícula nº 7354, do cargo que vem exercendo, em comissão, de SECRETÁRIO PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 01/01/2013.

(Decisão nº 3585/2012);

NILSON APARECIDO FELICETTI, RG nº 19621974, matrícula nº 23091, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSIS-TENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 18/12/2012.

(Decisão nº 3586/2012);

RENATA DURÃES TEIXEIRA SILVA, RG nº 30280464X, matrí-cula nº 23265, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR VI, do SQC-I do Quadro da Secreta-ria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº 3587/2012);

ROGÉRIO PEREIRA DOS SANTOS, RG nº 15735765, matrí-cula nº 20754, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 01/01/2013.

(Decisão nº 3588/2012);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

JEFFERSON NUNES DE ALMEIDA, RG nº 21932887-0, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VI, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Comple-mentar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de RENATA DURÃES TEIXEIRA SILVA, ficando exonerado do cargo de ACESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº 3589/2012);

JOSE LUPERCIO ZERBINATTI, RG nº 6174659-9, para exer-cer, em comissão, o cargo de ACESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legis-lativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JEFFERSON NUNES DE ALMEIDA.

(Decisão nº 3590/2012);

VINIICIUS ZAPIA ZERBETTO, RG nº 33872051, para exer-cer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VI, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSal), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Comple-mentar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de KELLY FAGIONATO ZAZERI FONSECA, ficando exonerado do cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº 3591/2012);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 19192, EDUARDO ALMEIDA SOUZA, a partir de 1/8/2012

(Decisão nº 3592/2012);

Mat 15360, JOSÉ CARLOS GARDONYI CARVALHEIRO, a partir de 17/12/2012

(Decisão nº 3593/2012);

Mat 3920, GILDA REGINA FERREIRA RODRIGUES, a partir de 17/12/2012

(Decisão nº 3594/2012);

ATRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relaciona-dos, na seguinte conformidade:

Mat 5522, JOSÉ RICARCO GARCIA, GED Nível I, a partir de 1/6/2012 até 30/11/2012

(Decisão nº 3595/2012);

Mat 20169, DOUGLAS RIBEIRO DA SILVA, GED Nível VII, a partir de 01/12/2012

Mat 18525, MARCOS ROBERTO FONSECA, GED Nível II, a partir de 01/12/2012

Mat 16959, RODRIGO ANTONIO DUQUE ANDRADE, GED Nível X, a partir de 01/12/2012

(Decisão nº 3596/2012);

Mat 6394, ANA LÚCIA BORGES DO NASCIMENTO, GED Nível VIII, a partir de 01/12/2012

Mat 5533, JOSÉ RICARDO GARCIA, GED Nível IV, a partir de 01/12/2012

(Decisão nº 3597/2012);

PROCESSO RG Nº 7304/07

Interessada: CASA CIVIL DO GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assunto: Solicita prorrogação do afastamento de MAURA FALLEIROS ARNALDO DA SILVA.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE AUTORIZAR a prorrogação do afastamento da servidora MAURA FALLEIROS ARNALDO DA SILVA, RG. 9.927.674-4, matrícula 4453, ocupan-te em caráter efetivo do cargo de Técnico Legislativo, do SQÇ-II, para prestar serviços junto à Secretaria de Estado da Saúde, até 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, nos termos do artigo 3º do Ato nº 29, de 27 de novembro de 2007.

(Decisão nº 3598/2012);

PROCESSO DIGITAL Nº 2706/2011

(PROTOCOLO Nº 7837/2011)

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Emissão de nota de empenho estimativo para atender despesas com serviços de telefonia fixa, para o exer-cício de 2012.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do contido nos autos do Processo Digital nº 2706/2011 (Protocolo nº 7837/2011), notadamente a manifestação do Serviço Técnico de Contabili-dade, nos termos do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93, com suas alterações, DECIDE RATIFICAR o ato praticado pelo Senhor Secretário Geral de Administração concernente à abertura de nota de empenho estimativo, bem como a realização das res-pectivas despesas – TELEFÔNICA e – EMBRATEL para atender a gastos com prestação de serviços de telefonia fixa (elemento econômico nº 339050-12 - Serviço de Utilidade Pública - Telefo-ne), no exercício de 2012.

(Decisão nº 3599/2012);